

na Ata da AGO de 17 de abril de 2017.

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35 Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

de 2017, da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM"), de acordo com as práticas dos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 2017, registramos o pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 424 mil, deliberados

No exercício, a Ágora CTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 21.283 mil, correspondente a R\$ 1.491,25 por Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 465.339 mil e Ativos Totais de R\$ 883.281 mil. A política de dividenlíquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Rio de Janeiro, RJ, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE	421.180	462.490	CIRCULANTE	412.170	425.793
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	5.316	4.750	OUTRAS OBRIGAÇÕES	412.170	425.793
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	373.118	329.767	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1	8
Aplicações no Mercado Aberto	373.118	329.767	Sociais e Estatutárias (Nota 16d)	202	424
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	23.404	27.875
DERIVATIVOS (Nota 6a)	8.652	2.591	Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	378.298	387.340
Carteira Própria	8.652	2.591	Diversas (Nota 15b)	10.265	10.146
Vinculados à Prestação de Garantias	-	-			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	-	34.299			
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	-	34.475			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(176)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.772	6.391
OUTROS CRÉDITOS	32.376	88.469	OUTRAS OBRIGAÇÕES	5.772	6.391
Rendas a Receber (Nota 9a)	16	16	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	1.359	746
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	29.418	86.776	Diversas (Nota 15b)	4.413	5.645
Diversos (Nota 9b)	4.062	1.809			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	(1.120)	(132)			
OUTROS VALORES E BENS	1.718	2.614			
Despesas Antecipadas (Nota 10)	1.718	2.614	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	465.339	443.746
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	441.769	397.672	Capital:		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			- De Domiciliados no País (Notas 16a)	284.000	284.000
DERIVATIVOS (Nota 6a)	412.754	380.175	Reservas de Lucros (Nota 16c)	180.808	159.727
Carteira Própria	377.527	277.096	Ajustes de Avaliação Patrimonial	531	19
Vinculados à Prestação de Garantias	35.227	103.079			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	10.496	-			
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	10.544	-			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	(48)	-			
OUTROS CRÉDITOS	18.519	17.497			
Diversos (Nota 9b)	18.519	17.497			
PERMANENTE	20.332	15.768			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	3.041	2.892			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	2.134	1.985			
Outros Investimentos.	907	907			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	6.698	5.100			
Outras Imobilizações de Uso	17.409	16.800			
Depreciação Acumulada	(10.711)	(11.700)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	10.593	7.776			
Ativos Intangíveis	29.507	23.759			
Amortização Acumulada	(18.914)	(15.983)			
TOTAL	883.281	875.930	TOTAL	883.281	875.930

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESU	TADO - Em Reais	mil	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil						
•	<u>2º Semestre</u> 2017	Exercícios fi 31 de dez 2017		·	2º Semestre	Exercícios fin 31 de deze			
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	34.786	82.976		Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					
Operações de Crédito	3.857	9.165	9.075	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e					
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários				Contribuição Social	11.828	51.584	80.179		
(Nota 6b)	30.929	73.811	95.432	Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda					
				e Contribuição Social	3.547	5.370	7.020		
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	647	1.096	346	Resultado de Participação em Controlada	(65)	(150)	(125)		
Operações de Captações no Mercado	-	-	137	Depreciações e Amortizações	2.667	5.231	4.645		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	647	1.096	209	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	647	1.096	209		
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO				Despesas com Provisões Cíveis e Trabalhistas	298	(822)	2.291		
_	24.420	04 000	104 161	Ganho na Venda de Imobilizado	-	15	-		
FINANCEIRA	34.139	81.880	104.161	Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	15.375	56.954	87.199		
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(22.512)	(30.485)	(24.032)	(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(370)	25.299	(18.399)		
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 17)	29.134	59.453	66.029	(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros	(4.474)	50.005	100.050		
Despesas de Pessoal (Nota 18)	(14.468)	(25.016)	(20.497)	Valores e Bens	(4.471)	53.665	132.652		
Outras Despesas Administrativas (Nota 19)	(29.394)	(54.384)	(58.627)	Aumento/(Reducao) em Outras Obridacoes	59.559 (4.463)	(7.870)	(15.050) (19.432)		
Despesas Tributárias (Nota 20)	(3.816)	(8.368)		Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(4.463) 65.629	(36.122) 91.925	166.970		
Resultado de Participação em Controlada (Nota 11a)	65	150	125		03.029	91.925	100.970		
Outras Receitas Operacionais (Nota 21)	1.755	4.857	2.190	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	(40.070)	(07.005)	(45.000)		
Outras Despesas Operacionais (Nota 22)	(5.788)	(7.177)	(3.539)	Aumento em Títulos Disponível para Venda	(18.270)	(37.925)	(45.903)		
	(3.1.33)	(,	(0.000)	Aquisição de imobilizado de Oso	(531)	(4.017)	(587)		
RESULTADO OPERACIONAL	11.627	51.395	80.129	Alienação de Imobilizado de Uso	(4.402)	104 (5.748)	(3.637)		
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	201	189	50	Dividendos Recebidos	(4.402)	(5.746)	(3.637)		
RESCEIADO NAO OF ENACIONAL	201	103	30	Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de	-	'	'		
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O				Investimentos	(23.203)	(47.585)	(50.126)		
LUCRO	11.828	51.584	80.179		(20.200)	(47.000)	(55.125)		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO COCIAL				Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		(404)	(80.316)		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(40.004)	(00.004)	(05.500)	Dividendos Pagos	-	(424)	(80.316)		
(Notas 24a e b)	(12.361)	(30.301)	, ,	Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos		(424)	(80.316)		
Provisão para Imposto de Renda	(8.135)	(17.679)	(19.923)		-	(424)	(80.510)		
Provisão para Contribuição Social	(5.130)	(12.911)	, ,	(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes		46.04=	00 =0-		
Ativo Fiscal Diferido	904	289	1.274	de Caixa	42.427	43.917	36.528		
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO)	(533)	21.283	44.610	Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	336.007	334.517	297.989		
Número de ações (Nota 16a)	14.271.890	14.271.890	14.271.890	Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes	378.434	378.434	334.517		
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações em R\$	(37,35)	1.491,25	3.125.72		42.427	43.917	36.528		
Educati rejulzo, por lote de l'ill agood elli riquini	(07,00)	1.401,20	0.120,12	de Gaixa	72.721	40.017	30.320		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra	strações Contábeis. As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.							
DEM	ONSTRAÇÃO DAS MUT	TAÇÕES DO PATRIMÔNI	IO LÍQUIDO - Em Rea	is mil				
	Capital		de Lucros	Ajustes de Avaliação	Lucros/(Prejuízos)	Tatala		
Eventos	Social	Legal	Estatutária	Patrimonial	Acumulados	Totais		
Saldos em 30.6.2017	284.000	7.542	173.794	227	•	465.563		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	304	-	304		
Prejuízo	-	-	-	-	(533)	(533)		
Destinações: - Reservas	-	(26)	(502)	-	528	-		
- Dividendos Propostos	-	-			5	5		
Saldos em 31.12.2017	284.000	7.516	173.292	531	-	465.339		
Saldos em 31.12.2015	263.000	4.220	192.243	(159)	-	459.304		
Aumento de Capital com Subscrição (Nota 17b)	20.078	-	-	-	-	20.078		
Aumento de Capital com Reservas (Nota 17b)	922	-	(922)	-	-	-		
Dividendos Pagos (Nota 17c)	-	-	(80.000)	-	-	(80.000)		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	178	-	178		
Lucro Líquido	-	-	-	-	44.610	44.610		
Destinações: - Reservas	-	2.231	41.955	-	(44.186)	-		
- Dividendos Propostos	-	-		-	(424)	(424)		
Saldos em 31.12.2016	284.000	6.451	153.276	19	-	443.746		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	_	-	512	-	512		
Lucro Líquido	-	-	-	-	21.283	21.283		
Destinações: - Reservas	-	1.065	20.016	-	(21.081)	-		
- Dividendos Propostos (Nota 16d)	-	-	-	-	(202)	(202		
Saldos em 31.12.2017	284.000	7.516	173.292	531	-	465.339		
Α	s Notas Explicativas são	parte integrante das Den	monstrações Contábei:	S.				
						🗕 continua 🚤		

Agora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

"Instituição") tem como objetivo principal intermediar operações de ações contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é e contratos futuros, admitidas às negociações na B3 (nova denominação para proteção contra risco (hedge) ou não da BM&FBOVESPA e da CETIP), inclusive a administração de carteira de As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destivalores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de inves- nam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição do por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável timentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizaatividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para ções ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despetal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações sas dos respectivos instrumentos financeiros parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, Representadas por operações na B3, por conta e ordem de terceiros. As que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas de recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas de- prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das monstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto

Cessão de bens e direitos e assunção de obrigações

Em 07 de outubro de 2016, foi firmado contrato de Cessão de bens e direitos e assunção de obrigações entre a Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Ágora CTVM, que adquiriu parte dos bens e direitos pelo valor de cessão discriminado em contrato, relativo ao acerto líquido abaixo mencionado:

acerto fiquido abaixo mencionado.	Acervo líquido - R\$ mil
Adhean	Acervo liquido - Ra IIIII
Ativos	
Disponibilidades	48.736
Passivos	
Negociação e intermediação de valores	48.736
Contas de compensação	
Custódia de valores	3.629
Depositários em valores em custódia	1.717
Valores em garantia	1.912
Negociação e intermediação de valores	25.970.185
Contratos mercado futuro não ligadas	25.919.021
Depósito de margem de clientes	51.164
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES	CONTÁBEIS
_,	

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09. para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros: provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Ágora CTVM, evidenciam todas as informações rele- cinco anos vantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31 de janeiro de 2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração lizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou parelativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentacão são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos retornará à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de técnico realizado. aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sode mercado em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não ciais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. possui títulos classificados nesta categoria;
- Títulos disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos ante- a) Vencimentos dos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de regime de competência. mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização: e
- em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, mais esperados benefícios futuros. acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do k) Investimentos período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

cão e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros de- dos pelo método de equivalência patrimonial. rivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de com títulos e valores mobiliários. estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperámercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com vel (impairment), quando aplicável. características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem I) Imobilizado disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos desti- Rendas de aplicações em operações de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou téc- nados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, nicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É g) Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)

operações

Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas:

- Caixa de registro e liquidação: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes; e Devedores/Credores Conta de liquidação pendente: representados
- pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de futuros esperados. operações com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos finan- n) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) ceiros, pendentes de liquidação na data do balanço.

vando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do prolongado do valor do ativo. CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificaçã do cliente
de 15 a 30 dias	В
de 31 a 60 dias	С
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	
superior a 180 dias	Н

A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo recebimento

classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações reai) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lugamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor cro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição p) Outros ativos e passivos de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Crédipro rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas de depósitos judiciais são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

> Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados pro rata dia). quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e

Em decorrência da alteração da alíquota, a Ágora CTVM constituiu. em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo

j) Despesas antecipadas

como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São re- cipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão gistrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferi- em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o

que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a inten- baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos corresponção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção dentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negocia- significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avalia- b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas deprecia-A Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM" ou São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da ções acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: instalações, equipamentos de uso, móveis e utensílios e sistemas de segurança e comunicação - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - 20% ao ano e ajustam) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Compostos basicamente por software, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há h) Operações de créditos, outros créditos com características de evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode As operações de crédito e outros créditos com características de conces- incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, são de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, obser- indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou

mínimo) e "H"(risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo: Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quan-

- do há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as guais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas: Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos as-
- sessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente"
- é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem
- Obrigações Legais Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo,

são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As tos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e atualização (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

- · Eventos que originam aiustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condicões que não existiam na data-base das demonstrações contábe

	Em 31 de dezembro - R\$ m			
	2017	2016		
Disponibilidades em moeda nacional	5.316	4.750		
Total de disponibilidades (caixa)	5.316	4.750		
Aplicações no mercado aberto (1)	373.118	329.767		
Total de caixa e equivalentes de caixa	378.434	334.517		
111 = 1		11 11 01		

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

_		Em 31 de dezembro - R\$ m						
	1 a 90	Tota	ıl					
_	dias	2017	2016					
Aplicação no mercado aberto:								
Posição bancada Letras do tesouro	373.118	373.118	329.767					
nacional	373.118	373.118	329.767					
Total em 2017	373.118	373.118						
Total em 2016	329.767		329.767					
h) Possitas de aplicação	o interfinance	irac da liquidaz						

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações

Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil 2016 2017 compromissadas: 36.497 48.925 Posição bancada..... Total (Nota 6b)..... 36.497 48.925

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

								Em 31 de dez	<u>cembro - R\$ mil</u>
						2017		2016	
	1 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de	Valor de mercado/	Valor de custo	Marcação	Valor de mercado/	Marcação
Títulos (1)	dias	dias	dias	360 dias	contábil (2)	atualizado	a mercado	contábil (2)	a mercado
Títulos disponíveis para venda									
Letras financeiras do tesouro	-	-	8.652	409.490	418.142	417.259	883	380.098	31
Certificados de depósito bancário	-	-	-	3.176	3.176	3.176	-	2.591	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	88	88	85	3	77	-
Total em 2017	-	-	8.652	412.754	421.406	420.520	886		
Total em 2016		2.591		380.175				382.766	31

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes; e

(2) Representado pelos títulos de carteira própria, sendo que o ajuste no patrimônio líquido corresponde a R\$ 531 mil (2016 - R\$ 19 mil). líquido dos efeitos tributários.

b) Resultado com títulos e valores mobiliários

	Acumulado em 51	de dezembro - Ny mii
	2017	2016
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)		48.925
Títulos de renda fixa		46.507
Total	73.811	95.432
c) Instrumentos financeiros derivativos		

A Ágora CTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

continua..



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Em 31 de dezembro - R\$ mil

					Curso anormal				
					Parcelas vencidas				
	1 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 180	181 a		Total (A)		
Operações de crédito	dias	dias	dias	dias	360 dias	2017	%	2016	%
Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	96	40,0
Outros créditos (1)	1	-	73	586	792	1.452	100,0	144	60,0
Total em 2017	1	-	73	586	792	1.452	100,0		
Total em 2016	39	2	157	16	26			240	100,0
(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a re	eceber.								

Em 31 de dezembro - R\$ mil

			Curso n	ormal							
				Total	(B)		Total geral (A+B)				
One was a sand sand side	1 a 30	Acima de	2047	0/	2040	0/	2047	0/	2046	0/	
Operações de crédito	dias	360 dias	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%	
Financiamentos	-	10.544	10.544	92,5	34.379	100,0	10.544	82,1	34.475	99,6	
Outros créditos (1)	850	-	850	7,5	-	-	2.302	17,9	144	0,4	
Total em 2017	850	10.544	11.394	100,0			12.846	100,0			
Total em 2016	34.379	-			34.379	100,0			34.619	100,0	

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber.

b) Modalidades e níveis de riscos

												31 de dezembi	0 - K\$ MII	
		Nível de risco									Total			
Operações de crédito	AA	Α	В	С	D	E	F	G	Н	2017	%	2016	%	
Financiamentos	996	9.548	-	-	-	-	-	-	-	10.544	82,1	34.475	99,6	
Outros créditos (1)	322	364	2	164	72	465	13	105	795	2.302	17,9	144	0,4	
Total em 2017	1.318	9.912	2	164	72	465	13	105	795	12.846	100,0			
%	10,3	77,1	-	1,3	0,6	3,6	0,1	0,8	6,2	100,0	-			
Total em 2016	1.405	32.974	32	5	157	13	2	1	30			34.619		
%	4,1	95,2	0,1	-	0,5	-	-	-	0,1				100,0	

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber.

c) Concentração das operações de crédito e outros créditos

d) Setor de atividade econômica

			Em 31 de deze	mbro - R\$ mil				Em 31 de dezem	ibro - R\$ mil
	2017	<u>' </u>	2016			2017		2016	
	R\$	% (1)	R\$	% (1)		R\$	%	R\$	%
Maior devedor	2.206	17,2	9.367	27,1	Setor privado				
Dez maiores devedores	6.277	48,9	21.001	60,7	Comércio	-	-	9	-
Vinte maiores devedores	8.227	64,0	24.837	71,7	Serviços	398	3,1	115	0,3
Cinquenta maiores devedores	10.624	82,7	29.956	86,5	Agricultura, Pecuária, Pesca, Silvicultura	-	-	4	-
Cem maiores devedores	8.660	6,7	33.116	95,7	Pessoa física	12.448	96,9	34.491	99,7
(1) Em relação ao total da carteira - critério E	BACEN.				Total	12.846	100,0	34.619	100,0

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Em 31 de dezembro - R\$ mil

	Saldo da carteira			Provisão					
	Cu	rso			Provisão	requerida			Percentual mínimo
Níveis de risco	Normal	Anormal	Total	%	Genérica	Específica	2017	2016	requerido
AA	1.318	-	1.318	10,3	-	-	-	-	-
A	9.912	-	9.912	77,1	50	-	50	165	0,50
В	-	2	2	-	-	-	-	-	1,00
C	164	-	164	1,3	5	-	5	-	3,00
Subtotal	11.394	2	11.396	88,7	55	-	55	165	
D	-	72	72	0,6	-	7	7	16	10,00
E	-	465	465	3,6	-	140	140	4	30,00
F	-	13	13	0,1	-	6	6	1	50,00
G	-	105	105	0,8	-	73	73	1	70,00
H	-	795	795	6,2	-	795	795	30	100,00
Subtotal	-	1.452	1.450	11,3		1.021	1.021	52	
Total em 2017	11.394	1.452	12.846	100,0	55	1.021	1.076		
%	88,7	11,3	100,0	-	5,1	94,9	100,0		
Total em 2016	34.379	240	34.619		165	52		217	
%	99,3	0,7		100,0	76,0	24,0		100,0	

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

,		
	Em 31 de dezem	ıbro - R\$ mi
	2017	2016
Saldo inicial	308	199
Constituição líquida de reversão	1.096	209
Baixas para prejuízo	(328)	(191
Saldo final - com características de		
concessão de crédito (A)	1.076	217
Provisão específica (1)	1.021	52
Provisão genérica (2)	55	165
Saldo final - sem características de		
concessão de crédito (B)	92	91
Total da provisão para créditos de		
liquidação duvidosa (A+B)	1.168	308
(1) Para as operações que apresentem	parcelas vencidas	há mais d

14 dias: e (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e,

portanto, não enquadradas no item anterior. A Ágora CTVM não teve recuperação de créditos baixados como prejuízo e operações renegociadas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

8) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES Os saldos ativos e passivos referem-se às transações efetuadas por con- a) Rendas a receber

ta de clientes nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, cuja liquidação financeira é efetuada em até D+3, conforme composição de-

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Outros ci	réditos	Outras obrigações			
_	2017	2016	2017	2016	7	
Devedores/credores por conta de liquidação					k	
pendente	8.356	41.036	375.535	382.012		
Caixa de registro e						
liquidação	20.971	45.649	1.513	4.262	C	
Comissões e correta-					H	
gens a pagar	-	_	1.135	946	Т	
Outros créditos/					P	
obrigações por						
negociação e					T	
intermediação					1	
de valores	91	91	115	120	F	
Total	29.418	86.776	378.298	387.340	٧	

9) OUTROS CRÉDITOS

e-		2017	2016
il	Serviços prestados - taxa de custódia e de administração	15	15
-	Dividendos a receber	1	1
_	Total	16	16
-	b) Diversos		
		Em 31 de deze	embro - R\$ mil
2		2017	2016
_	Devedores por depósito em garantia	11.525	10.741
2	Créditos tributários (Nota 24c)	6.244	5.955
_	Impostos e contribuições a compensar	2.336	2.336
6	Títulos e créditos a receber (Nota 7a)	2.302	144
-	Adiantamentos e antecipações salariais	112	77
	Outros	62	53
	Total	22.581	19.306
	10) DECRECAS ANTECIDADAS		

10) DESPESAS ANTECIPADAS Refere-se, basicamente, ao diferimento dos custos com prestação de serviços de terceiros relativos à consultoria tecnológica.

11) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participação em controlada".

								Em 31 de deze	mbro - R\$ mil
				Quantidade	Participação			Resultad	do de
				de cotas	no capital			equival	ência
	Capital	Patrimônio	Lucro	possuídas	social	Valor co	ntábil	patrimo	onial
Empresa	social	líquido	líquido	(em milhares)	%	2017	2016	2017	2016
Ágora Educacional Ltda	1.574	2.134	150	1.574	99,999936	2.134	1.985	150	125

b) Outros investimentos no montante de R\$ 907 mil (2016 - R\$ 907 mil) 13) INTANGÍVEL mil (2016 - R\$ 898 mil).

12) IMOBILIZADO DE USO

Total em 2017......

Total em 2016......

pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida a) Ativos contingentes

			Em 31 de d	ezembro	- R\$ mil	
				Custo líquido de depreciaçã		
	Taxa	Custo	Depreciação	2017	2016	
Imobilizado de uso:						
- Instalações, móveis						
e equipamentos						
de uso	10%	3.475	(2.056)	1.419	630	
- Sistema de						
segurança e						
comunicação	10%	205	(193)	12	146	
- Sistema de						
processamento de						
dados	20%	13.729	(8.462)	5.267	4.324	

17.409

16.800

6.698

(10.711)

(11.700)

do custo corresponde a R\$ 29.507 mil (2016 - R\$ 23.759 mil). A amorti- encerrados nos últimos 12 meses. zação acumulada corresponde a R\$ 18.914 mil (2016 - R\$ 15.983 mil).

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

lão são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações

gais - fiscais e previdenciárias Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível

fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. la constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião os assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com pro-

essos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, semre que a perda for avaliada como provável. Administração entende que a provisão constituída é suficiente para aten- At er às perdas decorrentes dos respectivos processos.

passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantio até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as uais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

Processos trabalhistas ão ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, El 5.100 trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda judiciais serão encerradas.

destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com referem-se, basicamente, a Título Patrimonial da B3 no valor de R\$ 898 Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por software e seu valor base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos

II. Processos cíveis

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos

capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro da Ins-

III. Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	5.645	
Atualização monetária	-	446	
Constituições líquidas de (reversões			
e baixas)	708	(2.215)	
Pagamentos	-	(171)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017			
(Nota 15b)	708	3.705	
Em geral, as provisões referentes às açõ	-		

m especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duraartigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é ção dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações



Agora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Ágora CTVM figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as acões de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto. os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2017, os processos com esta classificação são relativos à PIS, Cofins, IRPJ, CSLL e contribuição previdenciária no valor total de R\$ 32.095 mil (2016 - R\$ 30.736 mil).

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ m		
	2017	2016	
Provisão para impostos e contribuições			
sobre lucros	14.896	26.264	
Impostos e contribuições a recolher	8.508	1.611	
Provisão para imposto de renda diferido			
(Nota 24c)	1.359	746	
Total	24.763	28.621	
b) Diversas			
	Em 31 de dez	embro - R\$ mil	
	2017	2016	
Participação dos empregados nos lucros	6.854	6.609	
Provisões cíveis (Nota 14b - II)	3.705	5.645	
Provisão para pagamentos a efetuar de			
despesas de pessoal	1.978	1.220	
Provisão para pagamentos a efetuar de			
outras despesas administrativas	1.178	2.317	
Provisões trabalhistas (Nota 14b - II)	708	-	
Outras	255	-	
Total	14.678	15.791	
16) BATRIMÔNIO I ÍOUIDO			

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 284.000 mil (2016 - R\$ 284.000 mil) é representado por 14.271.890 (2016 - 14.271.890) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal

b) Movimentação do capital social Quantidade de ações

	Quantidad	e de ações	K\$ IIII		
	2017	2016	2017	2016	
No início do					
exercício	14.271.890	13.674.157	284.000	263.000	
Aumento de Capital -					
AGO/AGE de					
25.4.2016 (1)	-	597.733	-	20.078	
Aumento de Capital -					
AGO/AGE de					
25.4.2016 (1)	-	-	-	922	
No final do					
exercício	14.271.890	14.271.890	284.000	284.000	
(1) Em 7.6.2016, foi	homologada	pelo BACEN,	as Assemble	ias Gerais	

deliberando aumentar o capital social da Instituição no montante de assim representadas: R\$ 21.000 mil, elevando-o de R\$ 263.000 mil para R\$ 284.000 mil, sendo o montante de R\$ 20.078 mil com a emissão de 597.733 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 33,590574266 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, mediante a utilização de créditos de sua titularidade existentes na Sociedade, provenientes de Dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24.4.2015, e na Reunião de Diretoria de 30.4.2014; e o montante de R\$ 922 mil, sem emissão de ações, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros -Estatutária.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mi		
	2017	2016	
Reservas de lucros	180.808	159.727	
- Reserva legal (1)	7.516	6.451	
- Reserva estatutária (2) (3)	173.292	153.276	
(1) Constituída obrigatoriamente à base de	e 5% do lucro	líquido do exercí-	

- cio, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;
- (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado; e
- (3) Conforme Ata da Reunião da Diretoria, realizada em 8 de setembro de 2016, deliberou-se pagar dividendos no montante de R\$ 80.000 mil. com a utilização de parte do saldo da rubrica "Reservas de Lucros -Estatutária", cujo pagamento foi realizado em 8.9.2016.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos

Em 31.12.2017 o valor dos dividendos foi de R\$ 202 mil (2016 - R\$ 424 mil), registrados em "Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias".

Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de

dozonibio.		
_		R\$ mil
	2017	2016
Lucro líquido	21.283	44.610
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro	(1.065)	(2.231)
Base de cálculo	20.218	42.379
Dividendos propostos	202	424
Percentual em relação à base de		
cálculo	1%	1%
Valor em Reais por lote de mil ações	14,15	29,71

17) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2017	2016	
Rendas de corretagens de operações			
em bolsas	38,150	46.455	
Rendas de serviços de custódia	10.322	7.809	
Comissão de intermediação de ações	8.573	10.019	
Taxa de administração	1.588	1.412	
Comissões de colocação de títulos	820	334	
Total	59.453	66.029	
18) DESPESAS DE PESSOAL			
	Exercío	cios findos em	

18) DESPESAS DE PESSOAL		
	Exercío	ios findos em
	31 de deze	mbro - R\$ mil
	2017	2016
Proventos	11.659	9.228
Encargos sociais	4.770	3.106
Beneficios	3.858	3.181
Participação dos empregados nos		
lucros	2.531	4.117
Treinamentos	118	88
Provisões trabalhistas	2.080	43

1) Em 2017, inclui efeito do Plano de Desligamento Voluntário Especial -

PDVE (Nota 25c).

25.016

20.497

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e c) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Deslicontribuição social Exercícios findos em

31 de dezembro - R\$ mil 2017 2016 Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.......

31 de dezembro - R\$ mil 2017 2016 20.879 19.029 Servicos do sistema financeiro..... Processamento de dados..... 14.332 13.765 Depreciações e amortizações 5.231 4.645 Aluguéis..... 3.624 6.374 3.175 Serviços técnicos especializados...... 2.663 Comunicação..... 3.150 3.707 Propaganda, promoções e publicidade 2.689 2.893 Manutenção e conservação de bens..... 955 703 545 340 Servicos de terceiros 410 312 608 Materiais, água, energia e gás..... Transporte 108 122 Contribuições filantrópicas 158 796 1.092 54.384 58.627

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil 2016 Contribuição à Cofins Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN..... 1.575 Contribuição ao PIS..... 942 1.117 102 148 Total 8.368 9.713 21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

51 Outras (1) 4.180 1.199 4.857 2.190 1) Refere-se, basicamente, R\$ 970 mil (2016 - R\$ 329 mil) a incentivos

concedidos pela B3: R\$ 900 mil levantamento de depósito judicial tra-

balhista; e R\$ 1.276 mil reversão de provisão de processos cíveis.

2017

677

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Coligadas e

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas financeiras

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro - R\$ m		
	2017	2016	
Outras despesas financeiras	473	209	
Multas e juros	5.597	99	
Provisões cíveis	202	2.248	
Doações e patrocínios	396	550	
Outras	509	433	
Total	7.177	3.539	
23) TRANSAÇÕES COM PARTES REL	ACIONADAS		

23) TRANSAÇOES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador, empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 25.4.2016, com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão

	Controlodores		Controladas		
)	Controladores		Control	adas	
	2017	2016	2017	2016	
Ativos					
Disponibilidades	3.067	3.241	-	-	
Aplicações no mercado					
aberto	373.118	329.767	-	-	
 Títulos e valores mobiliários e instrumentos 					
financeiros derivativos Passivos	3.176	2.591	-	-	
Dividendos	202	424	-	-	
_	Exercícios	findos em 3	1 de dezembr	o - R\$ mil	

_	Exercícios	findos em 3	1 de dezemb	ro - R
	Controla	dores	Coliga Contro	
-	2017	2016	2017	<u>1auas</u> 20
Receitas de intermediação financeira	36.747	49.243		
Despesas de intermediação financeira	-	(137)		
de outras despesas operacionais	-	310	-	

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 24 mil (2016 - R\$ 24 mil) para remuneração dos Administradores.

belece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ramentas de mensuração e controle ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão A Ágora CTVM, como parte integrante da Organização, adota a estrutura sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas. vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de paga- de mercado, de liquidez e operacional. mento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internaque dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem con-

ceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais
- de 10%: e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes

Desta forma, não é efetuado pela Instituição, empréstimos ou adiantamen-Diretoria Executiva e seus familiares.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

51.584 80.179 Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas (23.213)(36.081)vigentes (1).....

Efeito no cálculo dos tributos: Participação em controlada..... 68 Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis..... (1.819)(589)Outros valores (2)..... (5.337)1.045 Imposto de renda e contribuição social do exercício..... (30.301)(35.569)(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e

Exercícios findos em

31 de dezembro - R\$ mil

2017

(2) Inclui basicamente o valor de IRPJ e CSLL registrados em 2017 em função da adesão ao PERT e deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contri-

buição social				
	Exercícios findos em			
	31 de dezer	mbro - R\$ mil		
	2017	2016		
Impostos correntes:				
Imposto de renda e contribuição				
social devidos	(30.590)	(36.843)		
Impostos diferidos:				
Constituição/realização no exercício,				
sobre adições temporárias	289	1.274		
Total dos impostos diferidos	289	1.274		
Imposto de renda e contribuição				
social do exercício	(30.301)	(35.569)		
c) Origem dos créditos tributários de i	imposto de renda	e contribui-		
ção social diferidos	-			

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

				R\$ mil
	Saldo em 31.12.2016	Consti- tuição	Realização	Saldo em
Provisão para créditos				
de liquidação duvidosa	964	1.036	663	1.337
Provisões cíveis	2.288	74	848	1.514
Provisões trabalhistas	-	283	-	283
Provisão para partici- pação nos lucros/				
gratificações	2.608	1.203	1.034	2.777
Outros	95	423	185	333
Total dos créditos tributários				
(Nota 9b) (1)	5.955	3.019	2.730	6.244
Obrigações fiscais				
diferidas (Nota 15a)	746	613	-	1.359
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais				
diferidas	5.209	2.406	2.730	4.885

alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 e Lei nº 13.169/15 (Nota 3i). No que diz respeito aos efeitos temporários produzidos pela adoção da Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20%, os respectivos créditos tributários, em setembro de 2015, foram constituídos com base na expectativa de sua realização da época.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias Em 31 de dezembro de 2017 - R\$ mil

Diferenças temporárias Imposto de Contribuição renda social Total 2018..... 970 593 1.563 2019..... 1.294 787 2.081 2020..... 2.081 1.294 787 2021..... 324 195 519 Total 3.882 2.362 6.244

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 5.979 mil (2016 - R\$ 5.650 mil).

Todos os créditos tributários da Ágora CTVM foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 1.359 mil (2016 - R\$ 746 mil) relativas a: ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 354 mil (2016 - R\$ 13 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais R\$ 1.005 mil (2016 - R\$ 733 mil).

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aber- dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz ta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política esta- colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, fer-

de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito,

cionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2017, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01):
- Resolução nº 3.604/08 Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03); • Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- Resolução nº 3.823/09 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1); Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e • Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

tos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

- gamento Voluntário Especial (PDVE), ao qual puderam aderir os funcionários da Organização Bradesco que preencheram os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.
- d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5 S - RJ



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsa- trações contábeis bilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e trações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevannormas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

e o relatório do auditor

que compreendem o Relatório da Administração

rio da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de referidas demonstrações contábeis. auditoria sobre esse relatório

sabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar mos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demons- • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demons- KPMG Auditores Independentes trações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de

outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e in- Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com resternacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade ponsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demons-

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonscumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas te, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governan-Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser A administração da Instituição é responsável por essas outras informações decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, indituais deficiências significativas nos controles internos que identificamos vidualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspecti- durante nossos trabalhos. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relató- va razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa respon- internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mante-

trações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, CRC 2SP028567/O-1 F-SP

planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

ca a respeito, entre outros aspectos, do alcance planeiado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as even-

Osasco, 26 de fevereiro de 2018

André Dala Pola Contador CRC 1SP214007/O-2

Confiança da construção fechou mês em queda

Medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), o Índice de Confiança da Construção (ICST) recuou 1,2 ponto em fevereiro, ao passar de 82,6, em janeiro, para 81,4 pontos. Em médias móveis trimestrais, o índice manteve a tendência ascendente.

- Após oito meses de altas consecutivas, o otimismo dos empresários arrefeceu. Houve um ajuste nas expectativas de curto prazo, mas, de modo geral, o empresariado ainda se mostra confiante com a situação corrente dos negócios. Apesar da queda na confiança, o resultado não deve ser visto como uma mudança definitiva do humor do empresário, mas sim um indicativo de que o caminho a ser perseguido não será fácil - destacou, Itaiguara Bezerra, Coordenador Sondagem da Construção do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV

A queda deve-se ao menor otimismo em relação às perspectivas de curto prazo dos empresários: o Índice de Expectativas (IE-CST) caiu 3,2 pontos para 92,7 pontos, devolvendo a alta do mês passado. O indicador que mais contribuiu para o resultado negativo desse mês foi o que mede o otimismo dos empresários com a situação dos negócios nos seis meses seguintes, que diminuiu 3,3 pontos na margem, para 94,9 pontos.

Apesar de uma acomodação das expectativas, a satisfação dos empresários sobre a situação atual se mantém relativamente estável. O Índice da Situação Atual (ISA-CST) aumentou 0,6 ponto, ao passar de 69,9, em janeiro, para 70,5 pontos, o maior nível desde julho de 2015 (71,7 pontos). Os dois quesitos que integram este subíndice avançaram, praticamente, com a mesma variação: o indicador que mede o grau de satisfação com a situação corrente dos negócios subiu 0,6 ponto, para 73.7 pontos; e o de percepção em relação à carteira de contratos, cresceu 0,7 ponto, para 67,5 pontos.

A melhora do ISA-CST foi puxada pelos segmentos de infraestrutura e de serviços especializados: 0,8 e 1,9 ponto, respectivamente. Já o segmento de edificações, teve queda de 0,1 ponto.

- Mesmo com a tímida melhora da situação atual, o quadro ainda é de muita incerteza, principalmente política, o que reflete nas decisões de investimento, tanto do governo quanto do setor produtivo disse Itaiguara.

O Nível de Utilização da Capacidade (Nuci) do setor diminuiu 0,7 ponto percentual (p.p.), atingindo 65,5%. Em relação aos Nuci's para mão de obra e de máquinas e equipamentos, seguem com queda na mesma magnitude.

A edição de fevereiro coletou informações de 679 empresas entre os dias 1º e 22 do mês; a próxima divulgação da sondagem acontece no dia 26 de março.

Mercado imobiliário

O início de recuperação econômica em 2017 se refletiu no mercado imobiliário brasileiro que fechou o ano passado com resultados positivos. Houve uma redução do estoque de imóveis de 12,3%, em função de um aumento nas vendas de 9,4%, bem acima do crescimento de 5,2% nos lançamentos, segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Essas são algumas das conclusões do estudo Indicadores Imobiliários Nacionais, iniciativa da CBIC em correalização com o Senai Nacional - os dados apresentados hoje consolidam o desempenho do mercado imobiliário brasileiro em 2017.

- Prevemos que 2018 será um bom ano. 2017 mostrou que o setor começou a se recuperar. Podemos dizer que foi o ano da virada, já que 2015 e 16 foram os piores anos nos últimos 15 anos. Estamos otimistas em relação a 2018, apesar de sabermos que o país ainda não resolveu problemas estruturais, como a reforma da Previdência. Mas mesmo assim, acreditamos num crescimento em torno de 10% diz José Carlos Martins, presidente da CBIC.

Segundo ele, existem outros problemas estruturais que impedem maior avanço desse setor, como a insegurança jurídica, o distrato e fontes de recursos para o financiamento do setor.

No acumulado, as vendas superaram os lançamentos em 11.878, número que representa 12,6% do total das unidades vendidas. Desde o primeiro trimestre de 2016, segundo o balanço de 2017, apresenta o menor número absoluto de unidades à venda: apenas 135.051 em todas as 23 regiões comparadas. De acordo com o estudo apresentado, foram lançadas 82.343 unidades em 2017 contra 78.286 em 2016 e foram vendidas 94.221 unidades contra 86.140 em relação ao ano anterior.

O Sudeste continua sendo a principal responsável por alavancar os resultados positivos especialmente a cidade de São Paulo. Destaque também para o aumento substancial de 356% na Região Metropolitana de Curitiba nos lancamentos imobiliários e 160% nas vendas na Região Metropolitana de Maceió.

Celso Petrucci, presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC e responsável pelo estudo, diz que o resultado de 2017 reflete a grande demanda que a Região Sudeste tem por imóveis. Ele afirma que cada região tem sua especificidade e que a cidade São Paulo é responsável por alavancar os números do Brasil.

 O Rio de Janeiro poderia aiudar a puxar ainda mais, mas a situação atual em que a cidade se encontra, numa condição desagregadora, fica complicado apresentar resultados favoráveis. Daí o Sudeste não apresentar um cenário melhor. Nós temos fatores econômicos e cenários que apontam que a economia deste ano já é dada como melhor do que no ano passado. Temos expectativa de queda de taxa de desemprego, queda da taxa Selic e previsão de crescimento do PÎB de 2,89%. O país vai crescer mais, empregar mais, desempregar menos e manter a inflação estável. Isso vai ser muito bom para a indústria da construção - diz Petrucci.

Demanda por investimento da MPE abre o ano em alta e atinge 41,4 pontos

Dados apurados pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) revelam que o Indicador de Demanda por Investimento avançou 11,9 pontos em 12 meses, passando de 29,5 pontos em janeiro de 2017 para 41,4 pontos em janeiro de 2018. Em dezembro do ano passado, o indicador se encontrava em 35,1 pontos. Com essa alta, o índice atinge a maior marca da série histórica, que teve início em janeiro de 2015. Apesar do crescimento, o resultado ainda é considerado modesto. Quanto mais próximo de 100, maior o apetite para promover investimentos nos próximos três meses; quanto mais distante, menor é o apetite.

Para o presidente da CNDL, José Cesar da Costa, a sondagem indica que ainda não há intenção significativa de investimento por parte dos empresários de micro e pequenos negócios, mas que a retomada lenta e gradual da economia já tem refletido em uma melhora desses números.

- A partir do momento em que observarmos maiores quedas reais dos juros e um ambiente econômico mais estável, haverá certamente um

estímulo maior para investimentos nas empresas. Infelizmente, o ritmo de melhora da confiança ainda é lento, mas esse é mais um dos sinais que mostram que os setores do comércio e serviços vislumbram um ano com vendas melhores e movimento mais aquecido - diz.

Em ternos percentuais, pouco mais de 1/3 (35%) dos micro e pequenos empresários manifestaram a intenção de promover investimentos em suas empresas no horizonte de 90 dias. Em dezembro do ano passado, esse percentual era menor e estava em apenas 29% da amostra. Já a quantidade de empresários que não pretende investir diminiu em três pontos percentuais, passando de 53%, em dezembro do ano passado, para 50% em janeiro de 2018.

Entre os pequenos empresários que pretendem investir nos próximos três meses, os investimentos prioritários serão compra de equipamentos e maquinário (27%), reforma da empresa (24%), ampliacão de estoque (20%), qualificação da mão de obra (12%) e investimentos em comunicação e propaganda (11%). Para mais da metade (55%)

dos que vão investir, a maior

motivação é aumentar o volume de vendas.

A principal fonte de recursos para o investimento é o capital próprio, seja por meio de recursos guardados em forma de aplicação (48%) ou venda de algum bem (12%). Para a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, a opção pelo capital próprio deve-se ao fato de os juros bancários serem muito altos e do conhecimento escasso acerca das modalidades de crédito disponíveis.

- Apesar de a Selic, que é o juro básico da economia, estar em um piso histórico, os juros continuam altos para consumidores e empresários, não vem acompanhando mesmo ritmo de recuo. Por isso que muitos pequenos empresários ainda não se sentem confortáveis para recorrer ao mercado de crédito para na realização de investimentos e acabam tendo de apelar a recursos que eles próprios já possuem guardados - explica a economista.

De acordo com a sondagem, ao serem questionados sobre o motivo de utilizar capital próprio para investir no negócio, a maioria desses empresários apontou que os juros bancarios são muito altos (59%). Outros 12% apontaram o medo de não conseguir pagar o crédito tomado.

O indicador ainda mostra que entre os micro e pequenos empresários que não manifestaram a intenção de investir, 34% não veem necessidade em fazer melhorias em seus negócios. O mesmo percentual cita a percepção de que o país não saiu da crise. Além desses, 18% estão aguardando os resultados de algum investimento realizado recentemente.

Outro dado apurado é a intenção de tomada de crédito. Nesse caso, os números também mostram uma melhora. No último mês de janeiro, o Indicador de Demanda por Crédito da Micro e Pequena Empresa cresceu 8,7 pontos em 12 meses, passando dos 12,9 pontos na escala observados em janeiro do ano passado para 21,6 pontos em janeiro de 2018. Em dezembro último, o índice estava em 17,9 pontos. Mesmo com o crescimento, o resultado também é tímido, uma vez que a escala do indicador varia de zero a 100, sendo que quanto mais elevado, mais propenso o empresário está a tomar recursos emprestados de terceiros.

Em termos percentuais, apenas 14% dos micro e pe-

quenos empresários dos ramos do comércio e serviços manifestaram a intenção tomar recursos emprestados de terceiros nos próximos três meses. Embora tímido, esse número já foi menor. Em novembro de 2017, eram apenas 7% da amostra e, em dezembro do ano passado, somente 11%. Os que não pretendem tomar crédito somam 76% dos pequenos empresários consultados. Entre os que manifestam a intenção de contratar crédito, as principais finalidades são formar capital de giro (48%), ampliacão do negócio (18%) e pagamento de dívidas (17%).

A modalidade de crédito mais procurada pelos micro e pequenos empresários deve ser o empréstimo, mencionado por três em cada dez (31%) entrevistados. Em seguida surgem os financiamentos (29%) e o cartão de crédito empresarial (15%).

A maior parte dos micro e pequenos empresários (33%) diz considerar a contratação de crédito algo difícil. Mas há também fatia semelhante que considera fácil (30%). Excesso de burocracia (55%) e juros altos (50%) são os principais motivos entre os que veem dificuldades para tomar recur-

sos financeiros emprestados. A contratação de empréstimo em instituições financeiras é o tipo de crédito mais difícil de ser contratado (27%) na opinião dos entrevistados, seguido dos financiamentos em instituições financeiras (23%) e do crédito junto a fornecedores (14%). Para quem acha a contratação algo descomplicado, o bom relacionamento com o banco é a razão mais lembrada (47%). Entre os que rejeitam contratar crédito, a principal razão apontada é o fato de conseguir manter o negócio com recursos próprios (56%) e as altas taxas de juros (33%).

Os Indicadores de Demanda por Crédito e de Propensão para investimentos do Micro e Pequeno Empresário (IDCI-MPE) calculados pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) levam em consideração 800 empreendimentos com até 49 funcionários, nas 27 unidades da federação, incluindo capitais e interior. As micro e pequenas empresas representam 39% e 35% do universo de empresas brasileiras nos segmentos de comércio e serviços, respectivamente.





Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Empresa da Organização Bradesco CNPJ 74.014.747/0001-35 Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

de 2017, da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM"), de acordo com as práticas dos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 2017, registramos o pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 424 mil, deliberados na Ata da AGO de 17 de abril de 2017.

No exercício, a Ágora CTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 21.283 mil, correspondente a R\$ 1.491,25 por Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 465.339 mil e Ativos Totais de R\$ 883.281 mil. A política de dividenlíquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Rio de Janeiro, RJ, 31 de janeiro de 2018.

	BALANÇO PATRI	MONIAL EM 3	1 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE	421.180	462.490	CIRCULANTE	412.170	425.793
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	5.316		OUTRAS OBRIGAÇÕES	412.170	425.793
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	373.118	329.767	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1	8
Aplicações no Mercado Aberto	373.118	329.767	Sociais e Estatutárias (Nota 16d)	202	424
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	23.404	27.875
DERIVATIVOS (Nota 6a)	8.652	2.591	Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	378.298	387.340
Carteira Própria	8.652	2.591	Diversas (Nota 15b)	10.265	10.146
Vinculados à Prestação de Garantias		-			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)		34.299			
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários		34.475			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(176)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.772	6.391
OUTROS CRÉDITOS	32.376	88.469	OUTRAS OBRIGAÇÕES	5.772	6.391
Rendas a Receber (Nota 9a)	16		Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	1.359	746
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	29.418	86.776	Diversas (Nota 15b).	4.413	5.645
Diversos (Nota 9b)	4.062	1.809			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	(1.120)	(132)			
OUTROS VALORES E BENS	1.718	2.614			
Despesas Antecipadas (Nota 10)	1.718	2.614	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	465.339	443.746
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	441.769	397.672			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			- De Domiciliados no País (Notas 16a)	284.000	284.000
DERIVATIVOS (Nota 6a)	412.754	380.175	Reservas de Lucros (Nota 16c)	180.808	159.727
Carteira Própria	377.527	277.096	Ajustes de Avaliação Patrimonial	531	19
Vinculados à Prestação de Garantias	35.227	103.079	,		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	10.496				
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	10.544	-			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	(48)	-			
OUTROS CRÉDITOS.	18.519	17.497			
Diversos (Nota 9b)	18.519	17.497			
PERMANENTE	20.332	15.768			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	3.041	2.892			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	2.134	1.985			
Outros Investimentos	907	907			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	6.698	5.100			
Outras Imobilizações de Uso	17.409	16.800			
Depreciação Acumulada	(10.711)	(11.700)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	10.593	7.776			
Ativos Intangíveis	29.507	23.759			
Amortização Acumulada	(18.914)	(15.983)			
TOTAL	883.281	875.930	TOTAL	883.281	875.930

DEMONSTRAÇÃO DO RESUL	TADO - Em Reais	mil		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2017	Exercícios fi 31 de dez 2017			2º Semestre	Exercícios fii 31 de deze 2017	
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	34.786	82.976		Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Operações de Crédito	3.857	9.165	9.075	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e			
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários				Contribuição Social	11.828	51.584	80.179
(Nota 6b)	30.929	73.811	95.432	Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda			
				e Contribuição Social	3.547	5.370	7.020
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	647	1.096	346	Resultado de Participação em Controlada	(65)	(150)	(125)
Operações de Captações no Mercado		-	137	Depreciações e Amortizações	2.667	5.231	4.645
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	647	1.096	209	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Despesas com Provisões Cíveis e Trabalhistas	647 298	1.096 (822)	209 2.291
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO				Ganho na Venda de Imobilizado	290	15	2.291
FINANCEIRA	34.139	81.880	104.161	Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	15.375	56.954	87.199
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(22.512)	(30.485)	(24.032)	(Aumente)/Pedicese are Oneredse de Orédite	(370)	25.299	(18.399)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 17)	29.134	59.453	66.029	(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros	()		(,
				Valores e Bens	(4.471)	53.665	132.652
Despesas de Pessoal (Nota 18)	(14.468)	(25.016)	(20.497)	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	59.559	(7.870)	(15.050)
Outras Despesas Administrativas (Nota 19)	(29.394)	(54.384)	(58.627)	imposto de rienda e contribulção cociai i agos	(4.463)	(36.122)	(19.432)
Despesas Tributárias (Nota 20)	(3.816)	(8.368)		Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	65.629	91.925	166.970
Resultado de Participação em Controlada (Nota 11a)	65	150	125	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Outras Receitas Operacionais (Nota 21)	1.755	4.857	2.190	Aumento em Títulos Disponível para Venda	(18.270)	(37.925)	(45.903)
Outras Despesas Operacionais (Nota 22)	(5.788)	(7.177)	(3.539)		(531)	(4.017)	(587)
RESULTADO OPERACIONAL	11.627	51.395	80.129	Alienação de Imobilizado de Uso	(4.400)	104	(0.007)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	201	189	50	Aquisição de Intangível	(4.402)	(5.748)	(3.637)
	201	103	30	Dividendos Recebidos	-	1	,
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O				Investimentos	(23.203)	(47.585)	(50.126)
LUCRO	11.828	51.584	80.179	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:	(20.200)	(11.1000)	(00.120)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				Dividendos Pagos		(424)	(80.316)
(Notas 24a e b)	(12.361)	(30.301)	(35.569)	Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de	-	(424)	(00.510)
Provisão para Imposto de Renda	(8.135)	(17.679)	(19.923)			(424)	(80.316)
Provisão para Contribuição Social	(5.130)	(12.911)	,	(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes		(1)	(22.2.0)
Ativo Fiscal Diferido	904	289	1.274	de Caixade Caixa e Equivalentes	42.427	43.917	36.528
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO)	(533)	21.283	44.610	Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	336.007	334.517	297.989
	,,			Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	378.434	378.434	334.517
Número de ações (Nota 16a)	14.271.890	14.271.890		(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes			
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações em R\$	(37.35)	1 491 25	3 125 72	do Caiva	42 427	42 017	36 529

1.491,25 Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações em R\$.... (37, 35)As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

42.427 43.917 As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

To thouse Explicatives one parts intogrante and Estimated			To the day and a second				
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
Eventos	Capital Social	Reservas o	de Lucros Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos)Acumulados	Totais	
Saldos em 30.6.2017	284.000	7.542	173.794	227	-	465.563	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-			304	-	304	
Prejuízo	-	-		-	(533)	(533)	
Destinações: - Reservas	-	(26)	(502)	-	528	-	
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	5	5	
Saldos em 31.12.2017	284.000	7.516	173.292	531	-	465.339	
Saldos em 31.12.2015	263.000	4.220	192.243	(159)	-	459.304	
Aumento de Capital com Subscrição (Nota 17b)	20.078			-	-	20.078	
Aumento de Capital com Reservas (Nota 17b)	922	-	(922)	-	-	-	
Dividendos Pagos (Nota 17c)	-		(80.000)	-	-	(80.000)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	178	-	178	
Lucro Líquido	-	-	-	-	44.610	44.610	
Destinações: - Reservas	-	2.231	41.955	-	(44.186)	-	
- Dividendos Propostos	-		-	-	(424)	(424)	
Saldos em 31.12.2016	284.000	6.451	153.276	19	-	443.746	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	512	-	512	
Lucro Líquido	-		-	-	21.283	21.283	
Destinações: - Reservas		1.065	20.016	-	(21.081)	-	
- Dividendos Propostos (Nota 16d)	-		-	-	(202)	(202)	
Saldos em 31.12.2017	284.000	7.516	173.292	531	-	465.339	

3.125,72 de Caixa....

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua.

36.528







Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

contratos futuros, admitidas às negociações na B3 (nova denominação para proteção contra risco (hedge) ou não. valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de inves- nam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. timentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valoriza- m) Intangível atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para ções ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despetal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações sas dos respectivos instrumentos financeiros. societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É g) Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas receber) monstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

Cessão de bens e direitos e assunção de obrigações

Em 07 de outubro de 2016, foi firmado contrato de Cessão de bens e direitos e assunção de obrigações entre a Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Ágora CTVM, que adquiriu parte dos bens e direitos pelo valor de cessão discriminado em contrato, relativo ao acerto líquido abaixo mencionado:

	Acervo líquido - R\$ mil
Ativos	
Disponibilidades	48.736
Passivos	
Negociação e intermediação de valores	48.736
Contas de compensação	
Custódia de valores	3.629
Depositários em valores em custódia	1.717
Valores em garantia	1.912
Negociação e intermediação de valores	25.970.185
Contratos mercado futuro não ligadas	25.919.021
Depósito de margem de clientes	51.164
2) ADDESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES	CONTÁBEIS

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efe- recebimento tivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa

ções contábeis da Ágora CTVM, evidenciam todas as informações rele- cinco anos. vantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31 de janeiro de 2018

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda reclassificação da operação para categoria de menor risco funcional da Instituição

b) Apuração do resultado

tabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração lizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo) quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pa- Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lu- p) Outros ativos e passivos elativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. cais e Previdenciárias" As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados q) Eventos subsequentes são atualizadas até a data do balanço

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos retornará à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando Em decorrência da alteração da alíquota, a Ágora CTVM constituiu, em

e) Títulos e valores mobiliários

- rem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de técnico realizado. aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e aiustados pelo valor. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sode mercado em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não ciais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. possui títulos classificados nesta categoria:
- Títulos disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos ante- a) Vencimentos dos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de regime de competência. mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes,
- em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, mais esperados benefícios futuros. acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do k) Investimentos período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

cão e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros de- dos pelo método de equivalência patrimonial. rivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de C estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de precos de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperámercado ou cotações de precos de mercado para ativos ou passivos com vel (impairment), quando aplicável características semelhantes. Se esses precos de mercado não estiverem I) Imphilizado de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou téc-nados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade ulgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, Representadas por operações na B3, por conta e ordem de terceiros. As que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas de recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas de- prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das operações

Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas.

- Caixa de registro e liquidação: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes; e
- Devedores/Credores Conta de liquidação pendente: representados pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos finan- n) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) ceiros, pendentes de liquidação na data do balanço.

As operações de crédito e outros créditos com características de concesvando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do prolongado do valor do ativo. CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA"(risco Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e recuperável. globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicio- o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais nalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na fiscais e previdenciárias Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das con-

Período de atraso	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	В
de 31 a 60 dias	С
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	Н
A studience (common des energes es vensides eté e	EOO die 4 senteh

estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provi- A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia é contabisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável lizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo

classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provi-A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstra- são existente e controladas em contas de compensação por no mínimo

> As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que es- normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações rea-

gamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor cro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição. Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Crédi- quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As tos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e atualização. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, pro rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas de depósitos judiciais são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fis- acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base

> quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrabase negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimen15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro tação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são de 2018, a aliquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e

setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas res-Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de se- pectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo

j) Despesas antecipadas

como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São re- cipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão gistrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferi- em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o

tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efe- que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a inten- baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos corresponção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção dentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negocia- significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avalia-

disponíveis, os valores iustos são baseados em cotações de operadores Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios F e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas deprecia-A Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM" ou São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da ções acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida "Instituição") tem como objetivo principal intermediar operações de ações contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é útil-econômica estimada dos bens, sendo: instalações, equipamentos de uso, móveis e utensílios e sistemas de segurança e comunicação - 10% ao da BM&FBOVESPA e da CETIP), inclusive a administração de carteira de As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos desti- ano e sistemas de processamento de dados - 20% ao ano e ajustado por

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Compostos basicamente por software, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há h) Operações de créditos, outros créditos com características de evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor. são de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, obser- indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou

mínimo) e "H"(risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor

tingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- · Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis

pro rata dia).

ções contábeis e a data de autorização para sua emissão São compostos por

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

	Em 31 de dezembro - R\$ m		
	2017	2016	
Disponibilidades em moeda nacional	5.316	4.750	
Total de disponibilidades (caixa)	5.316	4.750	
Aplicações no mercado aberto (1)	373.118	329.767	
Total de caixa e equivalentes de			
caixa	378.434	334.517	

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

_	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	1 a 90	Total					
_	dias	2017	2016				
Aplicação no mercado aberto:							
Posição bancada Letras do tesouro	373.118	373.118	329.767				
nacional	373.118	373.118	329.767				
Total em 2017	373.118	373.118					
Total em 2016	329.767		329.767				

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações

com títulos e valores mobiliários.		
	A	cumulado em
_	31 de deze	mbro - R\$ mil
	2017	2016
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	36.497	48.925
Total (Nota 6b)	36.497	48.925 continua
	$\overline{}$	onunua 💳

100,0

34.619

Em 31 de dezembro - R\$ mil



...continuação

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

								Em 31 de dez	zembro - R\$ mil	
						2017		2016		
	1 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de	Valor de mercado/	Valor de custo	Marcação	Valor de mercado/	Marcação	
Títulos (1)	dias	dias	dias	360 dias	contábil (2)	atualizado	a mercado	contábil (2)	a mercado	
Títulos disponíveis para venda										
Letras financeiras do tesouro	-	-	8.652	409.490	418.142	417.259	883	380.098	31	
Certificados de depósito bancário	-	-	-	3.176	3.176	3.176		2.591	-	
Notas do tesouro nacional	-		-	88	88	85	3	77	-	
Total em 2017			8.652	412.754	421.406	420.520	886			
Total em 2016	-	2.591	-	380.175				382.766	31	

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes; e

(2) Representado pelos títulos de carteira própria, sendo que o ajuste no patrimônio líquido corresponde a R\$ 531 mil (2016 - R\$ 19 mil), líquido dos efeitos tributários.

b) Resultado com títulos e valores mobiliários

	Acumulado em 31	l de dezembro - R\$ mil
	2017	2016
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).	36.497	48.925
Títulos de renda fixa	37.314	46.507
Total	73.811	95.432
		001102

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Ágora CTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

								Em 31 de deze	embro - R\$ mil	
					Curso anormal					
		Parcelas vencidas								
	1 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 180	181 a		Total	(A)		
Operações de crédito	dias	dias	dias	dias	360 dias	2017	%	2016	%	
Financiamentos	-	-	-	-	-		-	96	40,0	
Outros créditos (1)	1	-	73	586	792	1.452	100,0	144	60,0	
Total em 2017	1	-	73	586	792	1.452	100,0			
Total em 2016	39	2	157	16	26			240	100,0	

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber.										
									Em 31 de dezemi	bro - R\$ mil
			Curso no	ormal						
				Total	B)			Total gera	I (A+B)	
	1 a 30	Acima de								
Operações de crédito	dias	_360 dias	2017	%	2016	%	2017	<u></u> %	2016	%
Financiamentos	-	10.544	10.544	92,5	34.379	100,0	10.544	82,1	34.475	99,6
Outros créditos (1)	850	-	850	7,5	-	-	2.302	17,9	144	0,4
Total em 2017	850	10.544	11.394	100,0			12.846	100,0		

34.379

100,0

34.379 Total em 2016.. (1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber

b) Modalidades e níveis de riscos

											Em:	31 de dezemb	oro - R\$ mil
Nível de risco											Tota	al	
Operações de crédito	AA	Α	В	С	D	E	F	G	Н	2017	%	2016	%
Financiamentos	996	9.548	-	-	-	-	-	-	-	10.544	82,1	34.475	99,6
Outros créditos (1)	322	364	2	164	72	465	13	105	795	2.302	17,9	144	0,4
Total em 2017	1.318	9.912	2	164	72	465	13	105	795	12.846	100,0		
%	10,3	77,1	-	1,3	0,6	3,6	0,1	0,8	6,2	100,0	-		
Total em 2016	1.405	32.974	32	5	157	13	2	1	30			34.619	
%	4,1	95,2	0,1	-	0,5	-		-	0,1				100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber

c) Concentração das operações de crédito e outros créditos d) Setor de atividade econômica

_			Em 31 de dezer	mbro - R\$ mil	
	2017	,	2016		
	R\$	% (1)	R\$	% (1)	
Maior devedor	2.206	17,2	9.367	27,1	
Dez maiores devedores	6.277	48,9	21.001	60,7	
Vinte maiores devedores	8.227	64,0	24.837	71,7	
Cinquenta maiores devedores	10.624	82,7	29.956	86,5	
Cem maiores devedores	8.660	6,7	33.116	95,7	
(1) Em relação ao total da carteira - critério BA	ACEN.				

	2017		2016		
	R\$	%	R\$	%	
Setor privado					
Comércio	-	-	9	-	
Serviços	398	3,1	115	0,3	
Agricultura, Pecuária, Pesca, Silvicultura	-	-	4	-	
Pessoa física	12.448	96,9	34.491	99,7	
Total	12.846	100,0	34.619	100,0	
Serviços	398 - 12.448	96,9	115 4 34.491	99	

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil									
		Saldo da d	carteira				Provisão		
	Cu	rso			Provisão	requerida			Percentual mínimo
Níveis de risco	Normal	Anormal	Total	%	Genérica	Específica	2017	2016	requerido
AA	1.318	-	1.318	10,3		-	-	-	-
A	9.912		9.912	77,1	50		50	165	0,50
В		2	2	-			-	-	1,00
C	164		164	1,3	5		5	-	3,00
Subtotal	11.394	2	11.396	88,7	55		55	165	
D		72	72	0,6		7	7	16	10,00
E		465	465	3,6		140	140	4	30,00
F		13	13	0,1		6	6	1	50,00
G		105	105	0,8		73	73	1	70,00
H		795	795	6,2		795	795	30	100,00
Subtotal		1.452	1.450	11,3		1.021	1.021	52	
Total em 2017	11.394	1.452	12.846	100,0	55	1.021	1.076		
%	88,7	11,3	100,0		5,1	94,9	100,0		
Total em 2016	34.379	240	34.619		165	52		217	
%	99,3	0,7		100,0	76,0	24,0		100,0	

f) Movimentação da provisão	para créditos de	liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ r	
	2017	2016
Saldo inicial	308	199
Constituição líquida de reversão	1.096	209
Baixas para prejuízo	(328)	(191)
Saldo final - com características de		
concessão de crédito (A)	1.076	217
Provisão específica (1)	1.021	52
Provisão genérica (2)	55	165
Saldo final - sem características de		
concessão de crédito (B)	92	91
Total da provisão para créditos de		
liquidação duvidosa (A+B)	1.168	308
(1) Para as operações que apresentem 14 dias; e	parcelas vencidas	s há mais de
(2) Constituída em razão da classificação	o do cliente ou da	a operação e,

A Ágora CTVM não teve recuperação de créditos baixados como prejuízo e operações renegociadas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de

portanto, não enquadradas no item anterior.

2017 e 2016.

8) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

Os saldos ativos e passivos referem-se às transações efetuadas por con- a) Rendas a receber ta de clientes nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, cuia liquidação financeira é efetuada em até D+3, conforme composição demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Outros ci	réditos	Outras ob	rigações
	2017	2016	2017	2016
Devedores/credores por conta de liquidação				
pendente Caixa de registro e	8.356	41.036	375.535	382.012
liquidação	20.971	45.649	1.513	4.262
Comissões e correta- gens a pagar		-	1.135	946
Outros créditos/				
obrigações por negociação e				
intermediação				
de valores	91	91	115	120
Total	29.418	86.776	378.298	387.340

9) OUTROS CRÉDITOS

-		2017	2016
	Serviços prestados - taxa de custódia		
	e de administração	15	15
	Dividendos a receber	1	1
	Total	16	16
	b) Diversos		
		Em 31 de deze	embro - R\$ mil
		2017	2016
	Devedores por depósito em garantia	11.525	10.741
	Créditos tributários (Nota 24c)	6.244	5.955
	Impostos e contribuições a compensar	2.336	2.336
	Títulos e créditos a receber (Nota 7a)	2.302	144
•	Adiantamentos e antecipações		
	salariais	112	77
	Outros	62	53
	Total	22.581	19.306
	10) DESPESAS ANTECIPADAS		

Refere-se, basicamente, ao diferimento dos custos com prestação de ser-387.340 viços de terceiros relativos à consultoria tecnológica.

continua.

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Exercícios findos em

Exercícios findos em





Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participação em controlada"

								Em 31 de dez	embro - R\$ mil
				Quantidade	Participação			Resulta	ado de
				de cotas	no capital			equiva	lência
	Capital	Patrimônio	Lucro	possuídas	social	Valor co	ontábil	patrim	nonial
Empresa	social	líquido	líquido	(em milhares)	%	2017	2016	2017	2016
Ágora Educacional Ltda	1.574	2.134	150	1.574	99,999936	2.134	1.985	150	125

b) Outros investimentos no montante de R\$ 907 mil (2016 - R\$ 907 mil) referem-se, basicamente, a Título Patrimonial da B3 no valor de R\$ 898 mil (2016 - R\$ 898 mil).

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a) Capital social útil-econômica dos bens

atti ooonioniida ado bo			F 24 de d		D#:1	
	Em 31 de dezembro - R\$ mil Custo líquido					
				de depre		
	Taxa	Custo	Depreciação	2017	2016	
Imobilizado de uso: - Instalações, móveis						
e equipamentos de uso - Sistema de	10%	3.475	(2.056)	1.419	630	
segurança e comunicação - Sistema de	10%	205	(193)	12	146	
processamento de dados Total em 2017	20%	13.729 17.409	(8.462) (10.711)	5.267 6.698	4.324	
Total em 2016 13) INTANGÍVEL		16.800	(11.700)		5.100	

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por software e seu valor do custo corresponde a R\$ 29.507 mil (2016 - R\$ 23.759 mil). A amortização acumulada corresponde a R\$ 18.914 mil (2016 - R\$ 15.983 mil).

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações

legais - fiscais e previdenciárias A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião c) Reservas de lucros dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é manti- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercído até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I. Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o de artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com (3) Conforme Ata da Reunião da Diretoria, realizada em 8 de setembro de a) As transações com controlador, empresas controladas e coligadas são base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II. Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são d) Dividendos e juros sobre o capital próprio a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com rocessos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro da Ins- Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, au-

III. Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	
Saldo em 31 de dezembro de 2016		5.645	
Atualização monetária	-	446	
Constituições líquidas de (reversões			
e baixas)	708	(2.215)	
Pagamentos	-	(171)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017			
(Nota 15b)	708	3.705	
F		OT // - " -	

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Ágora CTVM são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações iudiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

cessos administrativos e judiciais em que a Ágora CTVM figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2017, os processos com esta classificação são relativos à PIS, Cofins, IRPJ, CSLL e contribuição previdenciária no valor total de R\$ 32.095 mil (2016 - R\$ 30.736 mil).

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Provisão para impostos e contribuições		
sobre lucros	14.896	26.264
Impostos e contribuições a recolher	8.508	1.611
Provisão para imposto de renda diferido		
(Nota 24c)	1.359	746
Total	24.763	28.621
b) Diversas		
,	Em 31 de deze	embro - R\$ mil
	2017	2016
Participação dos empregados nos lucros	6.854	6.609
Provisões cíveis (Nota 14b - II)	3.705	5.645
Provisão para pagamentos a efetuar de		
despesas de pessoal	1.978	1.220
Provisão para pagamentos a efetuar de		
outras despesas administrativas	1.178	2.317
Provisões trabalhistas (Nota 14b - II)	708	-
Outras	255	-
Total	14.678	15.791

pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 284.000 mil (2016 - R\$ 284.000 mil) é representado por 14.271.890 ((2016 - 14.271.890) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor

b) Movimentação do capital social

Quantidade de ações R\$ mil 2017 2016 2017 2016 No início do 14.271.890 13.674.157 284.000 263,000 exercício.. Aumento de Capital -AGO/AGE de 25.4.2016 (1) 597.733 20.078 2

Aumento de Capital -AGO/AGE de 25.4.2016 (1) 922 No final do 14.271.890 14.271.890 284.000 284.000

(1) Em 7.6.2016, foi homologada pelo BACEN, as Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 25.4.2016. C deliberando aumentar o capital social da Instituição no montante de O R\$ 21.000 mil, elevando-o de R\$ 263.000 mil para R\$ 284.000 mil, T sendo o montante de R\$ 20.078 mil com a emissão de 597.733 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 33,590574266 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, mediante a utilização de créditos de sua titularidade existentes na Sociedade, provenientes de Dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24.4.2015, e na Reunião de Diretoria de 30.4.2014; e o montante de R\$ 922 mil, sem emissão de ações, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros -Estatutária.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2017	2016	
Reservas de lucros	180.808	159.727	
- Reserva legal (1)	7.516	6.451	
- Reserva estatutária (2) (3)	173.292	153.276	

cio, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

senvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutá23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS rias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado; e

com a utilização de parte do saldo da rubrica "Reservas de Lucros -Estatutária", cujo pagamento foi realizado em 8.9.2016.

controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provi- Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou disionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando videndo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros torizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição

aos mesmos. Em 31.12.2017 o valor dos dividendos foi de R\$ 202 mil (2016 - R\$ 424 mil),

registrados em "Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias" Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de

		R\$ mil
	2017	2016
Lucro líquido	21.283	44.610
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro	(1.065)	(2.231)
Base de cálculo	20.218	42.379
Dividendos propostos	202	424
Percentual em relação à base de		
cálculo	1%	1%
Valor em Reais por lote de mil ações	14,15	29,71
17) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERV	/IÇOS	
	Exercíc	ios findos em

	31 de dezembro - R\$ mil		
	2017	2016	
Rendas de corretagens de operações			
em bolsas	38,150	46.455	
Rendas de serviços de custódia	10.322	7.809	
Comissão de intermediação de ações	8.573	10.019	
Taxa de administração	1.588	1.412	
Comissões de colocação de títulos	820	334	
Total	59.453	66.029	
18) DESPESAS DE PESSOAL			
.,	Exercío	ios findos em	

,			LXCICIO	ilos illidos ell
			31 de deze	mbro - R\$ mi
			2017	2016
Em 31 de dez	embro - R\$ mil	Proventos	11.659	9.228
2017	2016	Encargos sociais	4.770	3.106
		Beneficios	3.858	3.181
14.896	26.264	Participação dos empregados nos		
8.508	1.611	lucros	2.531	4.117
		Treinamentos	118	88
1.359	746	Provisões trabalhistas	2.080	43
24.763	28.621	Outras	-	734
2		Total (1)	25.016	20.497

1) Em 2017, inclui efeito do Plano de Desligamento Voluntário Especial -PDVE (Nota 25c).

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em	
_	31 de deze	mbro - R\$ mil
	2017	2016
Serviços do sistema financeiro	19.029	20.879
Processamento de dados	14.332	13.765
Depreciações e amortizações	5.231	4.645
Aluguéis	3.624	6.374
Servicos técnicos especializados	2.663	3.175

_	31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Comunicação	3.150	3.707
Propaganda, promoções e publicidade	2.689	2.893
Manutenção e conservação de bens	955	703
Viagens	545	340
Serviços de terceiros	496	410
Materiais, água, energia e gás	312	608
Transporte	108	122
Contribuições filantrópicas	158	210
Outras	1.092	796
Total	54.384	58.627
20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
	Exercícios findos em	

_	31 de dezembro - R\$ mil		
	2017	2016	
Contribuição à Cofins mposto sobre Serviços de Qualquer	5.799	6.873	
Natureza - ISSQN	1.525	1.575	
Contribuição ao PIS	942	1.117	
Outras	102	148	
「otal	8.368	9.713	
21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
	Exercícios findos em		

31 de dezembro - R\$ mil 2017 2016 940 Receitas financeiras Outras (1) 4.180 1.199 Total. 4.857 2.190

1) Refere-se, basicamente, R\$ 970 mil (2016 - R\$ 329 mil) a incentivos concedidos pela B3; R\$ 900 mil levantamento de depósito judicial trabalhista; e R\$ 1.276 mil reversão de provisão de processos cíveis.

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31 de dezembro - R\$ mil		
	2017	2016	
Outras despesas financeiras	473	209	
Multas e juros	5.597	99	
Provisões cíveis	202	2.248	
Doações e patrocínios	396	550	
Outras	509	433	
Total	7.177	3.539	

2016, deliberou-se pagar dividendos no montante de R\$ 80.000 mil, efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas: Em 31 de dezembro - R\$ mil

	Controladores		Coligadas e Controladas	
	2017	2016	2017	2016
Ativos				
Disponibilidades Aplicações no mercado	3.067	3.241		
aberto	373.118	329.767		
derivativos	3.176	2.591	-	-
Passivos Dividendos	202	424		
51110011000	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	LAGIGIGIG	illidos citi o	Coliga	
	Control	adores	Controladas	
	2017	2016	2017	2016
Receitas de intermediação				
financeira Despesas de intermediação	36.747	49.243	-	
financeira Outras receitas, líquidas de outras despesas	-	(137)	-	
operacionais	-	310	-	-
b) Remuneração do pes	ssoal-chave	da Adminis	tração	

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização

Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 24 mil (2016 - R\$ 24 mil) para remuneração dos Administradores

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; continua...

..continuação



Agora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74 014 747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes

até o 2º grau: Desta forma, não é efetuado pela Instituição, empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Diretoria Executiva e seus familiares

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e

contribuição sociai		
	Exercíc	ios findos em
_	31 de dezer	mbro - R\$ mil
	2017	2016
Resultado antes do imposto		
de renda e contribuição social	51.584	80.179
Encargo total do imposto de renda e		
contribuição social às alíquotas		
vigentes (1)	(23.213)	(36.081)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controlada	68	56
Despesas indedutíveis líquidas de		
receitas não tributáveis	(1.819)	(589)
Outros valores (2)	(5.337)	1.045
Imposto de renda e contribuição		
social do exercício	(30.301)	(35.569)
(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imp	osto de renda: (ii) de 15% para

- a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de **temporárias** 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e
- (2) Inclui basicamente o valor de IRPJ e CSLL registrados em 2017 em função da adesão ao PERT e deduções incentivadas.
- b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contri-

buição social			
	Exercícios findos em		
_	31 de dezembro - R\$ mil		
	2017	2016	
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição			
social devidos	(30.590)	(36.843)	
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no exercício,			
sobre adições temporárias	289	1.274	
Total dos impostos diferidos	289	1.274	
Imposto de renda e contribuição			
social do exercício	(30.301)	(35.569)	
		RELATÓ	

semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes

notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresen-

nial e financeira da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Aos Acionistas e aos Administradores da

Rio de Janeiro - RJ

Base para opinião

e o relatório do auditor

auditoria sobre esse relatório.

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

apropriada para fundamentar nossa opinião

que compreendem o Relatório da Administração.

ção social diferidos

				K\$ IIII
	Saldo em 31.12.2016	Consti- tuição	Realização	Saldo em 31.12.2017
Provisão para créditos	<u></u>	turquo	rtounzagao	•
de liquidação duvidos	a 964	1.036	663	1.337
Provisões cíveis	2.288	74	848	1.514
Provisões trabalhistas	-	283	-	283
Provisão para partici-				
pação nos lucros/				
gratificações		1.203	1.034	2.777
Outros	95	423	185	333
Total dos créditos				
tributários				
(Nota 9b) (1)	5.955	3.019	2.730	6.244
Obrigações fiscais				
diferidas (Nota 15a)	746	613	-	1.359
Créditos tributários				
líquidos das				
obrigações fiscais				
diferidas	5.209	2.406	2.730	4.885

alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 e Lei nº 13.169/15 (Nota 3i). No que diz respeito aos efeitos temporários produzidos pela adoção da Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20%, os respectivos créditos tributários, em setembro de 2015, foram constituídos com base na expectativa de sua realização da época

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças

	Em 31 de dezembro de 2017 - R\$ mil			
	Diferenças temporárias			
	Imposto de	Contribuição		
	renda	social	Total	
2018	970	593	1.563	
2019	1.294	787	2.081	
2020	1.294	787	2.081	
2021	324	195	519	
Total	3.882	2.362	6.244	
A projeção de realiza	ação de crédito tril	butário é uma estim	ativa e não está	

diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente dos créditos tributários, dos no regulamento do respectivo plano. calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divultributários, monta a R\$ 5.979 mil (2016 - R\$ 5.650 mil). Todos os créditos tributários da Ágora CTVM foram devidamente ativados. de 2017.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 1.359 mil (2016 - R\$ 746 mil) rela-

ÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demons-Examinamos as demonstrações contábeis da Ágora Corretora de Títulos trações contábeis e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço pa-

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação trimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotaresultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o das no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. tam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimo-Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua confluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo tinuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das decom as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições monstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e in- Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com resternacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade ponsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonscom tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsa- trações contábeis.

bilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos contábeis

relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonsnormas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e trações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevancumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas te, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governan-Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam vidualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectidurante nossos trabalhos. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relató- va razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas rio da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa respon- internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantesabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar mos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demons- • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demons- KPMG Auditores Independentes trações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de trações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribui- tivas a: ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 354 mil (2016 - R\$ 13 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais R\$ 1.005 mil (2016 - R\$ 733 mil).

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Ágora CTVM, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas interna cionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2017, os pronuncia-

- mentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:
 Resolução nº 3.566/08 Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- Resolução nº 3.604/08 Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03); Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- Resolução nº 3.823/09 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25):
- Resolução nº 3.973/11 Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
- Resolução nº 4.007/11 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23):
- Resolução nº 4.144/12 Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).
- Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.
- c) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial (PDVE), ao qual puderam aderir os funcionários da Organização Bradesco que preencheram os requisitos estabeleci-
- gações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro

A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/Q-5 S - RJ

planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demons trações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

ça a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as even-A administração da Instituição é responsável por essas outras informações decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, indituais deficiências significativas nos controles internos que identificamos

Osasco. 26 de fevereiro de 2018



André Dala Pola Contador CRC 1SP214007/O-2

ld: 2088342

Acesse: www.io.rj.gov.br